

## ■ Figuras da subjetividade e da governabilidade na América Latina

.....Enzo Del Bufalo<sup>27</sup>

As dificuldades de governança ou governabilidade na América Latina estiveram tradicionalmente associadas à debilidade institucional que, por sua vez, reflete a heterogeneidade social sobre a qual se montaram os distintos projetos de Estado nacional na região. A independência consistiu no esforço por criar Estados nacionais em sua forma liberal nos antigos territórios coloniais cuja composição social não correspondia a esta forma de organização jurídico-política. As sociedades coloniais, mesmo que fortemente condicionadas pelo mercado externo, tinham um escasso desenvolvimento do mercado interno e, portanto, das práticas sociais mercantis; enquanto isso prevaleciam práticas sociais patriarcais e despóticas em geral. Pois bem, o enfoque que aqui se apresenta fundamenta-se na tese de que existe uma correspondência entre o tipo de práticas sociais que dão coesão a uma sociedade e as figuras da subjetividade que nela prevalecem. A sociedade, de certo modo, é *uma máquina natural para produzir subjetividade que, em cada caso, configura-se segundo o tipo de práticas sociais que determinam sua coesão*.

O homem *moderno* é uma dessas figuras, produzida essencialmente pelas práticas sociais mercantis que o configuram no princípio como realidade cotidiana e, logo, os distintos saberes e discursos o definem teoricamente como um *indivíduo soberano*. Este indivíduo surge primeiro no mercado, a saber, como agente econômico que toma suas próprias decisões acerca de como, o quê e quando produzir ou consumir algum bem. Isto o converte, *de fato*, em proprietário privado de seu corpo e com direitos inalienáveis, sob pena de perder sua condição de instância de decisão livre. Com o tempo, sua condição de instância soberana de decisão estende-se a outros âmbitos da atividade social que complementam sua vida e, portanto, também outras práticas sociais, que transcendem a esfera econômica, começam a se reger pelas mesmas regras que regem o mercado e configuram o agente racional; práticas sociais que na origem pertencem a uma outra ordem social, como as que organizam o Estado, a família etc., por assim dizer, se mercantilizam. No âmbito do saber, por exemplo, o indivíduo é reconhecido como sujeito soberano de conhecimento, porque se guia pela razão e não necessita depender de

---

27 Tradução do espanhol por Leonardo Palma.

nenhuma instância superior para fundamentar seus conhecimentos. Já no âmbito político, o indivíduo revela-se como a instância originária da vontade, que tem um direito *natural* a reger sua própria vida (Del Búfalo, 1998). Deste modo, o indivíduo se converte na figura fundamental de uma sociedade que se organiza de maneira distinta, por exemplo, das *sociedades tradicionais de filiação e aliança*, nas quais só existem pessoas com papéis diferenciados; ou das *sociedades despóticas*, que estabelecem uma estratificação hierárquica de pessoas cujo efeito é criar um poder externo, expressão de um *Uno* transcendente a partir do qual se ordena não somente a sociedade, mas toda a realidade em um *cosmos* hierarquizado e fechado. Estas antigas formas de coesão social também subsistem, de alguma maneira, na sociedade moderna como família e Estado (Del Búfalo, 1996). De fato, as práticas sociais mercantis e a figura do indivíduo soberano tiveram que abrir caminho em uma sociedade originariamente dominada por práticas despóticas.

Por razões de espaço e tempo não é possível analisar em detalhes as regras específicas de composição das práticas mercantis, daquelas despóticas ou de outras mais. Seria suficiente dizer que as práticas mercantis baseiam-se em um postulado implícito de igualdade dos intercambiantes indivíduos enquanto proprietários privados de seus corpos e, por isso, com *iguais direitos inalienáveis como indivíduos*. As práticas sociais mercantis geram, portanto, uma ordem social horizontal sem hierarquias e cujo princípio de organização é imanente à própria ordem mercantil. Ao invés disso, as práticas sociais despóticas baseiam-se na relação de submissão da vontade de uma pessoa a outra, até constituir uma ordem hierárquica e vertical cujo princípio é transcendente à ordem que fundamenta. Nas sociedades despóticas não há indivíduos soberanos, mas *pessoas* desigualmente ordenadas em estratos diferenciados e que têm, pois, um valor social diferente. Essas ideias superficiais deveriam ser suficientes para se compreender que a sociedade moderna que surge do Renascimento europeu dos séculos XV e XVI e que têm seu desenvolvimento fundamental nos séculos seguintes esteve determinada por uma dinâmica de progressiva “*mercantilização*” de uma sociedade que, na origem, era fundamentalmente uma ordem despótica. Tudo, no âmbito da sociedade moderna, revela os efeitos e os resultados deste conflito entre práticas sociais mercantis e despóticas.

O primeiro desses efeitos, que surge inclusive antes do Renascimento, é a fragmentação do velho território feudal em principados territoriais que vão configurando o novo Estado como *nacional*, algo que é peculiar do Estado moderno. Com efeito, o Estado arcaico como expressão do *Uno* transcendente tende a ser universal, isto é, a englobar toda a realidade sob sua soberania para formar o

*cosmos*, ao menos como princípio ideológico. Este princípio unitário é compatível com a permanência em seu seio de etnias ou sociedades de filiação e aliança que se subordinam ao princípio unitário como um estrato particular, como o demonstram os impérios arcaicos. Quando o princípio de organização transcendente começa a reorganizar a ordem de filiação e aliança, então aparece a noção de *povo*. Só mais tarde a palavra passou a indicar tanto etnias organizadas mesmo que apenas por filiação e aliança quanto o conjunto dos cidadãos do Estado liberal. Assim, a palavra *populus* referia-se em princípio exclusivamente aos patrícios ou casta superior da ordem aristocrática romana e somente mais tarde se estendeu a todos os súditos do império. O *povo de Israel*, por exemplo, indicava tão somente os membros da aliança com Javé, provenientes de distintas filiações e alianças tradicionais. De modo que a palavra *povo* refere-se com propriedade a uma sociedade unida a partir de um princípio despótico.

O *povo cristão* medieval obedecia a um princípio de coesão social transcendente, a um princípio despótico que o organizava em um conjunto feudal de estratos hierárquicos, sendo então um povo no sentido clássico. A formação dos príncipes territoriais estimulada pelo comércio fragmentou o povo cristão em povos formados pelos súditos de cada príncipe territorial que, em sua estirpe, encarnava uma *nação*. Deste modo confere-se um caráter nacional a cada Estado, ao contrário da velha ordem imperial universal. Porém, se esta *nação* se reivindica ideologicamente sucessora de alguma antiga etnia encarnada pelo sangue real, é de fato o efeito da homogeneização do território, obtida pela governança do príncipe territorial que, ao diluir progressivamente as relações feudais, vai abrir espaço para as práticas mercantis que reconfiguram pessoas despóticas em indivíduos. O caráter *nacional* do Estado moderno está, pois, intimamente associado à formação do indivíduo soberano como base da ordem social. Nesta primeira fase, todavia, o povo segue sendo, no essencial, o conjunto dos súditos do príncipe.

Esta necessidade de homogeneizar um espaço recortado do velho território feudal sobre o qual exercer sua soberania define tanto a forma institucional quanto a governança do novo Estado nacional. A concentração de todo o poder na pessoa do monarca é a contrapartida da dissolução das hierarquias feudais e, ao mesmo tempo, esse poder absoluto facilita a promoção do desenvolvimento das práticas mercantis. Por isso a governança típica do Estado Absolutista foi essencialmente mercantilista, não somente no sentido habitual da palavra, mas no de promover a formação de práticas sociais mercantis em todos os âmbitos da sociedade. O mercantilismo é basicamente um modo de o Estado administrar o desenvolvimento do mercado. Este compromisso entre a ordem despótica e as

práticas sociais mercantis encontra sua expressão no discurso jurídico político que acompanha este desenvolvimento que se desdobra em duas posições fundamentais: por um lado, a posição tradicionalista ou reacionária, que sustenta o caráter transcendente do *poder externo* ou Estado e considera a ordem social como uma ordem essencialmente moral que localiza as pessoas segundo seu desenvolvimento espiritual; e, por outro lado, a liberal ou moderna, que sustenta que a pessoa é um indivíduo soberano *ab origine* e, por isso, anterior à própria sociedade, isto é, ao Estado. O liberalismo começa com Hobbes, que assume com realismo a dicotomia de seu tempo de um homem que já quer ser um *indivíduo soberano*, mas segue fortemente condicionado por sua história. Expondo de modo estilizado esta dicotomia entre a figura formal recortada das práticas mercantis e a realidade passional plasmada pela experiência milenar do homem, Hobbes supõe um “estado de natureza” no qual os direitos formais do indivíduo soberano são ultrapassados por suas paixões que tornam impossível a convivência tão somente a partir de regras imanentes a uma ordem social horizontal, como o mercado, por exemplo. Assim, fazendo uso de sua soberania, os indivíduos *contratualmente*, isto é, mercantilmente, reconstituem um *poder externo a eles* na pessoa do rei, que assim recobra suas velhas prerrogativas do antigo *Uno* despótico.

Os teóricos liberais posteriores, escandalizados por esta reconstituição mercantil do poder despótico, centram sua atenção em manter o centro deste poder na assembleia de representantes e, com a divisão funcional dos poderes, tratarão de diluir o mais possível o caráter despótico originário do Estado, aproximando-o de uma assembleia de cidadãos que conservam aqueles aspectos da soberania individual que, uma vez constitutivos desta mesma soberania, são considerados inalienáveis. Obviamente, a evolução deste pensamento reflete as mudanças que o conflito entre a velha ordem despótica e a expansão das práticas sociais mercantis vai ganhando. A Revolução Inglesa de 1688, a Revolução Americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1798 marcam três momentos da transformação da forma absolutista em *forma liberal* do Estado.

Não é esta a ocasião para fazer uma análise detalhada da evolução do pensamento liberal e tampouco vamos nos deter em uma descrição das mudanças que cada uma destas revoluções trazem na organização do Estado e da sociedade. Aqui queremos destacar *a mudança da composição social em favor de uma homogeneização da população que se dá durante o período absolutista e que serve de base para sustentar a mudança institucional à forma liberal do Estado*. As segmentações feudais do território terminam por desaparecer nessa época, graças a governança dos reis absolutistas, e as pessoas “absolvidas” de seus velhos

vínculos passam a formar uma população homogênea que, para a administração do Estado, só se distingue em séries funcionais de indivíduos. O ponto central que se deseja enfatizar é que essas revoluções não apenas impõem o princípio da representatividade e da separação de poderes (Revolução inglesa) ou o princípio da igualdade natural de todos os homens (Revolução americana) ou os direitos fundamentais do homem (Revolução francesa), mas reconhecem a mudança da composição social e a referendam política e juridicamente. O *povo* que se expressa no Estado nacional é agora composto por séries de indivíduos soberanos que parcialmente delegam – e só parcialmente – sua vontade, para construir contratualmente a vontade geral encarnada pelo Estado, o qual deixa presumivelmente de ser o poder externo que transcende a sociedade e ao mesmo tempo a fundamenta. No entanto, haverá que esperar ainda um tempo para que a revolução industrial, com sua produção de bens em série e trabalho homogeneizado, impulsione o processo de massificação do indivíduo cuja universalidade, até aquele momento, era apenas um enunciado, mas agora se torna uma realidade nas sociedades que se industrializam. Este processo terá, a partir de 1848, sua própria expressão política e jurídica com a generalização do princípio democrático de que a soberania se expressa no *poder constituinte* do povo, que é a associação de todos os indivíduos soberanos (Carl Schmitt, 1985, p. 51).

O liberalismo anterior a 1848 não é democrático. Embora as categorias que surgem do intercâmbio mercantil sejam abstratas e universais e, portanto, a figura do indivíduo soberano também o seja, até então esta universalidade se esgota no enunciado com pouco ou nenhum efeito prático. O fato de que a Constituição dos Estados Unidos tenha declarado esta universalidade não impediu que a escravidão continuasse existindo, nem a revolução francesa impediu a discriminação locatária ou de gênero. De fato, poderíamos dizer que ainda hoje este processo de afirmação do princípio democrático não foi concluído. O discurso liberal pertence à sociedade moderna, cuja coesão é sempre um compromisso entre práticas sociais mercantis e despóticas. Portanto, o liberalismo, mesmo que afirme em princípio a soberania individual, sempre reconheceu a necessidade de aceitar a ordem despótica, o que obviamente não deixa de ser conceitualmente contraditório. Por sua vez, o princípio democrático se impõe como consequência do conflito social que a massificação industrial do indivíduo produziu. Mas abriu caminho para uma recomposição da ordem despótica fechada que, paradoxalmente, se baseia na legitimidade democrática. Esta legitimidade, como se disse, fundamenta-se no poder constituinte do povo, entendido como toda a série homogênea de indivíduos soberanos que converge, porém, para o Uno despótico re-institucionalizado

como Estado liberal que não necessariamente coincide com a população (o povo francês não coincide com a população da França...). Apesar desta série constituir uma massa, um conjunto de indivíduos sem outras diferenças particulares que as formas que os individualizam, sendo, portanto, formalmente iguais e perfeitamente intercambiáveis, qualquer um deles pode se converter em princípio de vontade que simultaneamente expressa a vontade de todos, bastando que um desses indivíduos concentre em sua pessoa o desejo narcisista dos outros, isto é, que estabeleça uma relação carismática para converter-se no *líder*. A vontade e o desejo do líder reverberam, assim, em cada um dos indivíduos massificados da série, formando a unidade *líder-massa*. A massa quer o que o líder quer, sente o que o líder sente e vice-versa. Desse modo, recompõe-se a velha unidade que estabelece o *déspota e seu povo*; mas, desta vez o *Uno* não é um princípio transcendente à sociedade que fundamenta mediante instâncias hierárquicas; é um princípio *imane*nte à própria sociedade, coesão sem mediações. O velho despotismo transcendente, por mais vigoroso e abrangente que fosse, sempre deixava espaços autônomos nas estratificações. Em lugar disso, o novo despotismo democrático é exaustivo e compromete cada indivíduo em sua totalidade e, portanto, é *totalitário*. O século XX experimentou esta mudança com as grandes reestruturações que o marcaram.

O compromisso moderno entre práticas sociais mercantis e despóticas conduziu-nos à disjuntiva entre democracia representativa ou ditadura democrática. Ambos têm seu princípio de legitimidade no poder constituinte do povo; mas expressam uma composição distinta deste último. A democracia representativa reconhece a soberania do povo, justo na medida em que esta é representada nas instituições liberais, enquanto a ditadura democrática a reconhece na vontade do líder. A primeira só é possível em uma sociedade segmentada em séries de indivíduos que confluem para centros distintos de organização despótica (como as empresas privadas ou públicas, famílias, escolas etc.) e, portanto, constituem grupos de interesses diversos que devem ser compatibilizados mediante o sistema institucional liberal, que é o mais idôneo para isso e complementa a compatibilização feita pelo mercado quando esses grupos se apresentam como agentes econômicos. A relação entre composição social e representatividade institucional determina a racionalidade da governança que qualquer governo pode realizar. Esta racionalidade procura manter as condições que tornam possível o funcionamento do mercado como principal regulador da atividade econômica e assegura um equilíbrio entre as múltiplas organizações verticais e suas tendências à centralização despótica e os âmbitos de exercício da soberania individual. Dentro desses limites cabem múltiplos conjuntos de políticas em que os diversos agrupamentos políti-

cos podem agir. A representatividade institucional é possível em uma sociedade onde prevalecem séries massificadas de indivíduos que estabelecem uma relação carismática com o líder, sem nenhuma ou poucas mediações institucionais (exército, partido, etc.); nesse caso, todas as séries convergem para um único centro de direção que unifica todas as atividades sociais mediante o cálculo planificador, a sociedade tende a se constituir em uma grande fábrica, com um só centro de direção convertendo todas as instâncias da vida em departamentos de um único processo produtivo e de consumo. Forma-se uma nova estratificação que obedece a critérios operacionais e funcionais e, portanto, não questiona o princípio de igualdade formal de todos os indivíduos que se dividem em sujeitos de planificação e objetos da planificação.

De toda maneira, esta é uma descrição estilizada de dois modelos extremos e simplificados. A realidade admite múltiplas combinações de ambos. Aqui só interessa assinalar, em primeiro lugar, que existe uma correlação entre a composição social e o tipo de institucionalidade que a expressa; em segundo lugar, que todas elas se diferenciam pelo modo como recompõem relações de submissão despóticas que impedem ou deformam *a verdadeira constituição de uma sociedade de indivíduos soberanos, cuja coesão social deveria se dar exclusivamente mediante relações totalmente horizontais que subsumam toda a potência social em cada soberania individual*. Esta é a utopia moderna da sociedade de homens livres e iguais que sempre esteve no horizonte, tanto do liberalismo quanto do socialismo, e que implica uma negação da concepção tradicional despótica ou reacionária do poder transcendente como princípio ordenador da sociedade. O que distingue a matriz liberal da matriz socialista é, ao contrário, o modo como ambas estabelecem seu compromisso com o princípio de organização despótica, compromisso que é típico da modernidade.

### **Sociedade e Estado na América Latina**

Pois bem, se observarmos o que ocorreu na América Latina à luz das considerações acima não achamos que o modelo do Estado nacional, bem como sua forma liberal – que a independência tratou de impor às antigas colônias – eram incongruentes com sua composição social. Sem analisar detalhadamente, basta dizer que a expansão das práticas mercantis que deram impulso à constituição da sociedade moderna na Europa – e na qual a conquista do continente teve papel determinante – favoreceu uma forte articulação da sociedade colonial ao mercado internacional, mas em contrapartida limitou seu desenvolvimento doméstico. A figura do indivíduo soberano teve, portanto, pouco desenvolvimento em uma

sociedade onde as relações eram principalmente de tipo despótico servil. Os princípios liberais só poderiam ser, como de fato foram, consoantes com uma minoria que, por seus vínculos diretos ou indiretos com o setor exportador, podiam compreendê-los e, sobretudo, ver sua utilidade para a acomodação mundial que a revolução industrial estava levando a cabo.

Os novos Estados latino-americanos constituíram-se como repúblicas baseadas no princípio de legitimidade liberal da soberania individual, mesmo que a aceção de *povo* que se tinha fosse ambivalente, em consonância com espúria composição social. Uma população formada justamente por uma minoria de indivíduos era um povo essencialmente de tipo despótico; de modo que, mais do que indicar, ao modo liberal da Revolução francesa, a associação de todos os cidadãos sem diferenças de castas sociais, referia-se, ao modo romântico da época da Restauração, a um povo mítico que ressurgia desde suas raízes ancestrais, para livrar-se de um suposto jugo estrangeiro. De todos os modos, reconhecia-se em princípio o respeito das liberdades individuais, estabelecia-se a divisão dos poderes e se afirmava que a soberania residia no povo que a exercia mediante seus representantes eleitos. Porém, como a população de indivíduos livres era exígua e o ordenamento vertical da sociedade não havia sofrido maiores mudanças, não existia um tecido social idôneo para o funcionamento das instituições liberais. As tensões entre os diferentes setores que retinham o poder não podiam ser estabilizadas por intermédio das instituições liberais, as quais, como dissemos, só podem operar com uma composição adequada, isto é, com amplos espaços onde predomine a soberania individual. Essas instituições, embora *constitucionalmente* vigentes, não tendo apoio nas práticas nas *práticas sociais configuradoras da soberania individual*, não podiam operar e eram *de fato* permanentemente suspensas, recorrendo à ditadura, a qual tinha sempre um caráter *provisório*. A ditadura significava fazer colapsar a ordem institucional na vontade de um caudilho que, mediante um sistema de alianças despóticas pessoais, constituía o verdadeiro Estado, paralelo ao ordenamento oficial puramente *nominal*.

Desde a independência até grande parte do século XX, em todos os países da região<sup>28</sup>, a discrepância entre a *forma liberal* do Estado e a ordem real da sociedade, hierárquica e vertical, aparece sempre como disfunção *transitória*, devida a uma situação de emergência. O poder *despótico* unipessoal se exerce desde sempre no horizonte das instituições liberais a serem reinstauradas tão logo cesse a *emergência*. O *ditador* latino-americano é um *déspota liberal* que se esforça permanentemente para por em vigor ou melhorar a *Constituição*, ou

---

28 América Latina (N.R.).

a suspende para criar as condições futuras de sua vigência. A ditadura precede e segue à *Constituição*, a qual, mais que um pacto social que emerge da associação de indivíduos soberanos é, ao contrário, uma *carta de intenção* para a criação de uma sociedade democrática que a dinâmica social desloca permanentemente. A história republicana da América Latina é a história do esforço de impor ao subcontinente, na ausência de uma sociedade de indivíduos soberanos, a forma do Estado liberal.

No final do século XX, a composição social começou a mudar nos países da região e os principais problemas de governança deixaram de ser aqueles relacionados com a ocupação efetiva do território por parte das instituições do Estado nacional. A economia exportadora financiou o surgimento de classes médias e, portanto, a figura do indivíduo soberano adquiriu um novo protagonismo, especialmente naqueles países que tiveram forte integração à nova divisão do trabalho internacional. A governança concentrou-se então em consolidar e expandir as classes médias; tal objetivo se fazia mais urgente na medida em que essas classes médias adquiriam maior poder político. Todavia, dois obstáculos fundamentais limitavam a eficácia governamental neste sentido: a vulnerabilidade do setor exportador frente ao ciclo do mercado internacional e o exíguo desenvolvimento do mercado interno. As bruscas mudanças nos preços de exportação obrigavam a políticas restritivas que incidiam diretamente no nível de vida das classes médias gerando instabilidade política. A *participação* destas classes médias via-se freada pelo lento desenvolvimento do mercado interno, subordinado ao ciclo econômico internacional, mas quando se fez suficientemente importante foi capaz de impulsionar a aceleração das práticas sociais mercantis mediante a política de substituição de importações, que teve indiscutível êxito em seus inícios, criando pela primeira vez um amplo mercado doméstico e a conseqüente dissolução das velhas relações semi-servis. O crescimento do mercado transformou a velha população camponesa e semi-servil principalmente em trabalhadores empregados, profissionais, comerciantes, etc. No entanto, devido ao tipo de industrialização baseada em uma tecnologia de capital intensivo e, portanto, desajustada com a dotação inicial dos fatores nacionais, nem toda a população semi-servil que emigrava para o setor moderno da sociedade era absorvida pelo mercado. A disfuncionalidade entre o tipo de tecnologia e a dotação inicial de fatores resultou na criação de amplas séries de pessoas liberadas dos velhos vínculos, que não ingressavam nas práticas sociais mercantis pela via da atividade produtiva, mas por sua participação residual na nova sociedade de consumo, participação esta que os convertia

em marginais massificados; indivíduos, portanto, mas somente do ponto de vista formal e cada vez mais esvaziados de sua velha subjetividade.

As mudanças na composição social apresentam, então, certas diferenças notáveis em relação a composição social que surgiu na Europa após a Revolução industrial, onde vai aparecer uma classe operária claramente diferenciada das classes médias. Isto fez com que o próprio conceito de *classe* – enfatizado pelo movimento operário europeu em seus inícios, para subtrair-se à tutela das classes médias empenhadas na luta contra a velha ordem absolutista – fosse diluído no conceito mais ambíguo de *povo*, justamente para atenuar a diferença entre camponeses, operários e marginais, por um lado, e as classes médias, por outro. O *populismo* se converte assim em uma prática política que transcende uma organização política ou um discurso ideológico específico para se expressar em distintas organizações e em distintas posições políticas, influenciando inclusive naquelas ideologias bem estruturadas que provêm do exterior, como o marxismo. Assim como a oligarquia *criolla* colonial havia assumido o liberalismo como expressão de suas necessidades de independência, adulterando-o para adaptá-lo a práticas sociais incongruentes com suas instituições, também as novas camadas médias urbanas vão assumir as distintas ideologias socialistas, recompondo-as em modalidades populistas que quase sempre integram o conceito moderno de *massa* com o velho caudilhismo neocolonial. Em alguns casos, o populismo adquire a forma de um *movimento* dirigido por uma figura carismática, com um discurso demagógico que mistura reivindicações e preconceitos sociais que o assemelham ao movimento fascista europeu, como é o caso do *peronismo* argentino e o *varguismo* brasileiro de primeira hora. Em outros casos, assume uma organização *partidária* e um discurso que o aproxima ao movimento social-democrata, como foi o caso do PRI mexicano, do APRA no Peru e da Acción Democrática na Venezuela.

O populismo latino-americano é essencialmente distinto do fascismo e do socialismo europeus. Estes, embora tenham uma origem comum no movimento operário administrado do século XIX, solidificaram-se em discursos e práticas sociais cada vez mais irreconciliáveis. O fascismo é a expressão dessa massificação geral do indivíduo que, reduzido a mera formalidade jurídica, só é capaz de se converter em sujeito político mediante a adesão carismática ao líder que orienta o desejo das massas a partir de uma mitologia arcaizante. Ao contrário, o socialismo em sua versão totalitária preenche esta subjetividade vazia e massificada com a racionalidade planificadora que a integra à *sociedade fábrica* regida pelo novo déspota democrático ou, em sua versão reformista, a integra à padronização e homogeneização próprias da sociedade de consumo. Se a composição social dos

sujeitos políticos tende a fazer o fascismo irreconciliável com o socialismo nas sociedades de capitalismo avançado, na América Latina a composição social dos sujeitos políticos outorga ao discurso e à prática populista uma *flexibilidade* para se deslocar, sem solução de continuidade, da extrema direita à extrema esquerda, passando pelas posições mais moderadas de caráter social-democrata e democrata cristã; mas sempre preservando sua característica essencial de adesão a uma *liderança caudilhesca e demagógica* que reivindica os direitos de *seu povo* contra a estrutura despótica tradicional ou oligárquica. Este enfrentamento é o que define a natureza da composição social latino-americana e não sua adesão nominal a algumas das grandes correntes ideológicas internacionais.

O tipo de poder que se expressa no Estado nacional latino-americano também foi se modernizando com as mudanças na composição da sociedade. O surgimento de novos setores empresariais foi modificando o antigo caráter oligárquico de suas instituições em prol de formas de organização mais modernas e entre os setores dirigentes difundiu-se a tendência a aderir, pelo menos formalmente, a um discurso *liberal* para o qual vale o mesmo esclarecimento já assinalado para o populismo, de adulteração com relação ao liberalismo clássico. Todavia, na maioria dos países da região, este tipo de poder conservará, durante a maior parte do século XX, suas características de despotismo aristocrático, não importa quão modernizado esteja e de quanto se tenha ampliado para acolher os setores industriais. Por essa razão, além de todo enfeite modernizante – como o discurso liberal ou o partido político – não deixa de se manifestar em caso de necessidade, mediante a organização mais genuína de toda ordem aristocrática, *a organização militar*.<sup>29</sup> O militarismo latino-americano é o modo como o poder constituído em Estado nacional pretende reconquistar permanentemente um território social que o populismo tende a lhe subtrair. O militarismo mostra o mesmo caráter difuso e flexível do populismo; ambos cruzam transversalmente a institucionalidade formal do *Estado nacional liberal* que, como se disse, não é uma forma de Estado de todo congruente com as práticas sociais prevalecentes nestes países. O militarismo é de fato uma prática de *conquista permanente* de um *território social* que tende fugir ao controle do poder organizado como Estado nacional, devido à ausência de um sólido tecido social construído por relações entre indivíduos soberanos, isto é, por falta de uma sólida base de práticas sociais mercantis que são as únicas que po-

---

29 O exército é o braço com o qual o déspota, desde seus inícios na Antiguidade, conquista o território sobre o qual impõe sua vontade, enquanto o outro braço – o clero – inscreve suas codificações sobre a sociedade conquistada e, deste modo, ergue-se no poder externo que fundamenta a ordem social.

dem eficazmente mediatizar a ordem despótica e transformá-la em Estado liberal. O militarismo é precisamente essa racionalidade de governo que, desde um *poder externo*, recompõe a coesão social mediante a ocupação militar do território social e que o reorganiza, com a ameaça de violência, impondo a submissão. Lá onde as práticas sociais mercantis não podem compor uma sociedade civil, o militarismo a substitui com a *sociedade quartel*, como mostra o caudilhismo do século XIX.

No século XX o militarismo também adquire sua *modernização*, com a substituição das velhas e *montoneras* guardas pretorianas por exércitos modernos, mantendo, porém, a função essencial de ocupação do território. Assume, além disso, o caráter de mediador político na nova conflitualidade social da classe média que, com frequência, leva ao *vazio institucional*. Propõe-se então como o restaurador da eficiência administrativa comprometida pela *corrupção*. Pois bem, *vazio institucional e corrupção* são duas expressões fundamentais de dissolução da ordem social; de modo que o militarismo tem sua legitimidade no *golpe de Estado*, o qual, enquanto ato fundacional da reconstituição de um *poder externo* ao tecido social em crise, reconquista o território para a ordem institucional. Neste sentido, pode-se dizer que *o golpe de Estado é uma reiteração da independência* e, portanto, uma “revolução”; mas a ditadura militar latino-americana não é uma expressão do poder constituinte do povo, senão ato de constituição do *povo nacional*. Apoia-se mais no princípio de legitimidade despótica tradicional do que no princípio de legitimidade democrática. De modo que o militarismo, como governança, origina-se na ausência de uma microfísica social solidamente formada por práticas sociais regidas pelas regras mercantis que configuram as pessoas como indivíduos soberanos. O Estado formalmente liberal revela-se como constituição não de um poder por delegação de soberania por parte dos indivíduos que constituem a sociedade, mas como um poder externo, em processo de conquistar um território social. O militarismo é a governança própria de um Estado não consolidado. Pelo que acabamos de dizer, deve ficar claro que se tradicionalmente o militarismo está quase sempre associado a interesses e discursos de direita, pode também se associar com o populismo e com ideologias de esquerda, dependendo da composição social do poder externo que queira reconquistar o território social. A história da América Latina no século XX é uma curiosa sucessão de governos *democráticos* e *ditaduras militares* que brotam dessa conflitualidade que acompanha a modernização estritamente vinculada à substituição de importações. Além de particulares organizações partidárias, de ideologias explícitas e programas de governo particulares, o populismo e o militarismo como modalidades de governabilidade misturam-se com oscilações, algumas vezes se opondo e outras se com-

plementando. As convulsões institucionais e as políticas econômicas imbricam-se em uma dinâmica que acompanha a industrialização e a modernização.

O populismo latino-americano expressa as reivindicações dos setores modernos de maior participação tanto na renda nacional quanto no poder de Estado. Assim, a racionalidade de sua governança tem inclinação estatista, uma vez que emprega o poder do Estado para ampliar o mercado interno e as práticas sociais mercantis. Trata-se, no entanto, de uma ampliação fortemente condicionada pelo excesso de regulações que, mesmo favorecendo inicialmente ao desenvolvimento do mercado interno, terminam por estancar seu crescimento posterior com um sistema clientelista que faz da corrupção administrativa elemento importante, quando não indispensável, de governabilidade. Esse sistema torna-se disfuncional nos anos 1970, e a crise da dívida externa de 1982 foi o episódio emblemático disso. A necessidade de superar a paralisia e os desequilíbrios motiva, em meados dos anos 1980, a incorporação dos países da região à reestruturação neoliberal mundial. A nova racionalidade, com sua ênfase nos equilíbrios macroeconômicos, na desregulação dos mercados, na abertura comercial e na redução e reforma do Estado, foi um antídoto aos abusos da receita desenvolvimentista e, na medida em que serviu para corrigir tais abusos, teve um êxito importante. Mas logo a partir da segunda metade da década de 90, todas as promessas iniciais dissolveram-se em crescimento lento e aumento da disparidade nos níveis de renda.

Se o populismo havia submetido totalmente a racionalidade econômica à lógica política de atenuar o conflito social com a mediação, inclusive abusiva, do Estado, a proposta neoliberal inverteu a relação subordinando, sem nenhuma sensibilidade política, as necessidades sociais à racionalidade econômica. O simplismo tecnocrático substituiu o oportunismo politiquês. O mal-estar social daqueles setores mais fracos que o populismo desenvolvimentista havia começado e desatender em sua fase de declínio agravou-se com as reformas neoliberais. No final dos anos 90 se inverte o movimento pendular que havia conduzido a região para o neoliberalismo, embora sem regressar ao velho populismo.

### **O processo bolivariano na Venezuela**

No marco das considerações teóricas e no contexto histórico latino-americano até aqui esboçados, analisaremos brevemente a natureza da governança que tem sido implementado na Venezuela desde 1999 até a presente data, como parte do que se denominou *o processo* ou *revolução bolivariana*. Embora este fenômeno político seja o primeiro episódio da inversão pendular que se difunde na região no novo século – e é parte da multiplicidade de reações que a globalização veio

suscitando nas últimas décadas em todo o mundo – sua modalidade é nacional e consequência do *modelo rentista petroleiro* que determinou o desenvolvimento venezuelano ao longo de todo o século passado. O Estado nacional venezuelano se consolida realmente em seus aspectos territoriais e institucionais nas primeiras décadas do século XX, quando a exploração petroleira permite substituir uma economia fraca por uma mais forte capaz de permitir o desenvolvimento de amplas camadas médias urbanas e transformar o caráter rural do país devastado pelo caudilhismo e pelas guerras civis durante todo o século XIX. Depois de um período de transição, após as ditaduras de Juan Vicente Gómez, em meados dos anos 1940 as novas camadas médias se convertem em sujeito político e assumem o poder instaurando uma governança cuja racionalidade tem por objetivo a criação de um Estado democrático com economia industrial desenvolvida e ocupação racional do território físico, ajustada às mudanças da composição social, o que foi propiciado tanto pelo crescimento econômico quanto pela migração do campo e a imigração estrangeira. Este *projeto nacional desenvolvimentista* deveria ser financiado pela renda do petróleo e, portanto, tinha com eixo central uma política de apropriação progressiva, por parte do Estado venezuelano, da atividade petroleira, em mãos das grandes empresas multinacionais. Este objetivo seria cumprido com a nacionalização da indústria em 1976.

Embora com diferentes matizes, as linhas gerais desse projeto nacional eram compartilhadas por todos os novos partidos políticos que expressavam a maioria esmagadora do país. Mas as dificuldades iniciais, devidas à imaturidade política dos novos sujeitos e à debilidade institucional para canalizar o conflito político, tornam inevitável a instrumentalização deste plano pelo primeiro governo autenticamente democrático, surgido do sufrágio universal em 1948. De modo que a ala militar dessa aliança, que três anos antes havia acabado com o governo oligárquico, assume diretamente o poder na clássica modalidade militarista latino-americana e ultrapassa as primeiras fases do projeto para permitir retomar o caminho democrático em 1958. Depois de alguns anos, o sistema democrático se estabiliza com um bipartidarismo que representa quase 90% da população e com frequente alternância no exercício do poder. Além disso, uma sociedade civil organizada em sindicatos, grêmios profissionais e confederações empresariais, dão à democracia venezuelana uma aparência clássica quase perfeita. Por trás das aparências, no entanto, esconde-se um sistema clientelista que se sustenta mediante a redistribuição concertada da renda petrolífera através de alguns mecanismos legais e outro nem tão legais assim. As políticas desenvolvimentistas de substituição de importações, com suas restrições, regulações, promoções estatais

etc., assim como as políticas populistas, formam um mecanismo idôneo para a redistribuição desta renda que sustenta o clientelismo, base da estabilidade política em um marco de setores sociais com crescentes aspirações. O rentismo democrático desloca o militarismo como modo de governabilidade, precisamente em um período em que este último floresce no restante da região.

Contudo, o modelo rentista petroleiro entra em crise nos anos 80 devido à situação do mercado internacional e ao crescimento e complexificação da sociedade venezuelana. As dificuldades na distribuição da renda afetam primeiramente às camadas mais pobres da população; essa população que emigrou do campo não tem lugar no mercado de trabalho formal pelas razões já assinaladas. Esses grandes setores de camponeses não-urbanos e convertidos em indivíduos massificados se transformam de peões dispostos a seguir ao caudilho em indivíduos que mantêm relação clientelista com o partido e seus líderes. Nestes termos, começam a funcionar como cidadãos, reforçando o tecido democrático da sociedade e sua estabilidade institucional. Porém, sua condição de indivíduos massificados torna-os cada vez mais sensíveis à liderança carismática, ao mesmo tempo em que vão ficando sem a liderança partidária à medida que a crise do modelo rentista torna disfuncional o sistema distributivo clientelista, o que faz com que a participação nas eleições se vá reduzindo ou inclusive cesse inteiramente. Com a crise, as classes médias também empobrecem e vão reduzindo sua adesão aos partidos tradicionais, até que estes se convertem em confederações de pequenos grupos de interesse sem maiores vínculos com a população em geral.

O esforço das administrações por manter a mesma governança durante os anos 1980 e sua hostilidade em instrumentalizar as necessárias reformas, não faz senão agravar a situação que culmina na explosão popular do Caracazo de 1989. O novo governo, recém eleito através da mesma dinâmica político-clientelista tradicional, assume, mais por necessidade do que por convicção, um programa de reformas neoliberais que frustram as expectativas de um rápido regresso à época de auge dos 70. Além disso, embora as políticas de ajuste melhorem os equilíbrios macroeconômicos, criam um corte anti-produtivo que reduz o aparato industrial venezuelano e agrava a conflitualidade social, criando um ambiente propício para as tentativas de golpe de Estado de 1992, com os quais tem início a instabilidade institucional. A situação parece se estabilizar com as eleições de 1993, e o novo governo assume com um programa de reformas que deveria conduzir o país, dentro do marco democrático, a uma transformação do modelo rentista petroleiro em uma *economia produtiva* diversificada e competitiva no mercado internacional. Fundamentalmente, *tratava-se de integrar à atividade produtiva essas grandes*

*massas marginais, rompendo a intermediação clientelista do Estado.* Devido à fragilidade política do novo governo, esta tentativa é abortada quase no começo da nova gestão, fatigada pela crise financeira que herdara. Aos poucos, vai se esquecendo de toda intenção de reforma e se limita a administrar a crise o melhor possível, ao passo que se acelera a destruição da velha ordem. Deste colapso surge, como fenômeno eleitoral para as eleições seguintes, a figura de Hugo Chávez Frias. O ex-chefe do falido golpe de 1992 surge como o clássico fenômeno eleitoral nas últimas eleições. Recebe os votos de protesto contra o sistema, mas logo estabelece uma relação *carismática* entre sua figura, essencialmente midiática, e as séries de indivíduos marginalizados, incluindo aqueles provenientes das classes médias recentemente empobrecidas. Sua candidatura se converte em um movimento eleitoral aluvial que, sustentada por uma igualmente aluvial aliança eleitoral, varre o que restava dos velhos partidos.

A governança do novo governo se concentra nas mudanças institucionais de refundação da república, para assim resolver os problemas que os governos anteriores criaram ou não souberam resolver. O processo formal de convocar uma Constituinte e aprovar nova Constituição é parte desse tradicional *nominalismo* latino-americano, o que expressa uma mentalidade que, ao invés de tratar de mudar as práticas sociais, acredita que pode transformar a realidade mudando os enunciados legais. A origem desse nominalismo está, como vimos, nessa tentativa forçada de criar Estados nacionais liberais em territórios coloniais e as subsequentes “revoluções” periódicas que se faziam para refundar a república. Mas, por trás desse nominalismo tradicional latino-americano, do qual a Venezuela é um caso particularmente exagerado com suas vinte e sete constituições em menos de duzentos anos, esconde-se também uma mudança real, que é a destruição definitiva do velho sistema clientelista da *Quarta República*, como se começou a designar os quarenta anos anteriores de democracia. *A destruição do velho sistema clientelista e sua substituição por outro é a única verdadeira mudança da revolução bolivariana, que foi deslocando muito dos velhos grupos de interesse econômico e político para favorecer o rearranjo de outros e, acima de tudo, impulsionar a formação de novos grupos dirigentes provenientes daqueles setores sempre excluídos ou incorporados durante o auge do modelo rentista, mas re-marginalizados durante a crise da Quarta República.* Momentos chave deste processo “revolucionário” foram os períodos imediatamente posteriores ao golpe de Estado de abril de 2002 e a subsequente *greve petroleira* que terminou com a vitória total do governo. De certa forma, esta “revolução” parece continuar as práticas do velho populismo, na medida em que este era essencialmente um esforço para substituir

as velhas oligarquias do século XIX pelas novas classes médias, na constituição do poder do Estado. A revolução bolivariana quer ser não apenas um episódio no movimento histórico deste deslocamento, mas sua etapa culminante, como se afirma explicitamente em seu discurso ideológico, que analisaremos mais à frente.

Todavia, o chavismo distingue-se do populismo tradicional na medida em que não se baseia na ascensão das classes médias, mas avança opondo-se a elas. E, numa demonstração de continuidade ideológica, identifica-as de modo espúrio com a velha oligarquia tradicional desaparecida já faz muito tempo. Enquanto o populismo clássico era uma aliança de classes médias que incorporavam, mediante relações clientelistas, os camponeses, os trabalhadores e os novos marginais urbanos, ao contrário, a força fundamental do chavismo reside na aliança carismática entre o líder e a série de indivíduos massificados, sejam marginais já consolidados ou provenientes das classes médias marginalizadas durante a crise. Cada indivíduo desse setor massificado e serial exerce sua soberania através do líder, o qual plasma seu desejo dando conteúdo a essa soberania esvaziada de toda subjetividade própria pela massificação. Esse setor marginal carismaticamente integrado agora estabelece mediante seu líder uma relação clientelar com certos setores das classes médias emergentes que são *chavistas*, contanto que possam se apropriar de uma parte da renda petroleira. Desaparece a relação clássica do populismo das classes médias emergentes que se organiza em partidos políticos, através dos quais se estabelecem relações clientelistas com os setores camponeses e marginais. Além disso, o populismo tradicional certamente propicia o desenvolvimento de líderes políticos que podem inclusive assumir características do velho caudilhismo, mas suas lideranças estão condicionadas pela organização partidária e pelo programa ideológico da governabilidade, sem a qual é impossível manter a coesão clientelista.

A nova composição social do movimento agora favorece a relação direta e sem mediações entre o líder e a massa serializada, no que aparece como uma perfeita identidade de *líder e povo*. Ocorre algo curioso. A relação despótica clássica que constitui com propriedade essa ordem social historicamente denominada *povo* coloca o *Uno fundacional da ordem hierárquica* como um poder *transcendente* ao próprio povo, característica que conserva mesmo no Estado liberal, apesar dos esforços das teorias associacionistas liberais, o que pode consistir no fato de que o Estado *transcende* a sociedade civil que fundamenta, como aparece claramente em Hobbes e de maneira mistificada em Rousseau e Hegel. Ao contrário, o líder agora é idêntico a cada um dos indivíduos da série massificada e, portanto, pertence à própria série e coincide com ela. E, nesta coincidência reside seu po-

der externo a cada um dos indivíduos. Em outras palavras, o líder é um *efeito* de poder *imane*nte da série massificada que se constitui em povo na medida em que atua como seu *poder constituinte*. Esta identidade *líder-povo* ajusta-se totalmente ao antes mencionado princípio de *legitimidade* democrática e torna possível a *ditadura democrática*. Portanto, a organização real do movimento chavista não se dá através do partido ou das instituições do Estado liberal tradicional, mas é principalmente *mass-mediática*. A comunicação através dos *meios de comunicação de massa* converte as massas serializadas em *audiência* que reverbera a palavra do líder como a sua própria. A submissão despótica se fez imanente à soberania de cada indivíduo massificado. A consigna “*quando Chávez fala, fala o povo*” é muito mais que um slogan demagógico.

Isto tem importantes implicações para a governança, cuja racionalidade agora é idêntica à *vontade* do *líder-povo* e encontra na institucionalidade do Estado liberal simplesmente um obstáculo operacional, apesar de não político. O programa de governo ou inclusive a proposta de sociedade que motiva as políticas se reduz à vontade do líder-povo, sempre transversal à racionalidade consolidada nas instituições. A população excluída da identidade líder-povo se mantém dentro do ordenamento tradicional e é identificada pelo líder com o poder despótico tradicional, isto é, a oligarquia. Mas, pode seguir operando livremente no marco das instituições do Estado. A ditadura democrática permite sobredeterminar as instituições da democracia representativa sem modificá-las ou adulterá-las em sua legalidade, como era o caso do velho populismo ditatorial.<sup>30</sup> As instituições liberais se mantêm e podem prosperar na medida em que são *canalizadas* por indivíduos massificados que se alimentam da voz do líder e só têm eficácia como momentos da cadeia de decisões do líder; do contrário permanecem operando normalmente, mas com eficácia zero.

Esta articulação da composição social que produz o novo poder como algo externo ao próprio Estado busca estender a massificação serial a todo o território social. Diferente do velho militarismo que era instrumento do Estado para ocupar um território vazio de indivíduos e práticas sociais mercantis, isto é, de sociedade civil, busca-se agora colonizar todo o território com indivíduos massificados integrados carismaticamente à série que produz o líder. Isso dá a aparência de querer diluir o poder externo na soberania individual ou de *dar poder ao povo* através da criação de instituições de decisão mais individualizadas, como os conselhos comunais, as comunas etc., que se recompõem por modulação até chegar,

---

30 Por não compreender isto, a oposição venezuelana fracassa permanentemente em sua tentativa de demonstrar com argumentos legais que Chávez é um ditador.

por via paralela, à institucionalidade tradicional, à pessoa do líder, para a qual sempre convergem estas séries. Na realidade, estas “sociedades solidárias de indivíduos que exercem sua soberania”<sup>31</sup> são um simples reflexo do líder que “lhes dá” o poder. Ilustrativa dessa ordem é a proposta de reforma constitucional atualmente em discussão, que busca explicitamente desenvolver uma nova *geometria do poder com fins político-territoriais* que começa pela comuna, cuja agrupação forma a Comunidade, e assim sucessivamente. Esta construção modular depende sempre do presidente, o qual poderá intensificá-la criando distritos federais, cidades federais, etc.<sup>32</sup> A lógica desta estratégia é propiciar o desenvolvimento econômico e social ou como disse o texto da reforma: “Os Distritos Funcionais se criarão conforme às características históricas, sócio-econômicas e culturais do espaço geográfico correspondente, assim como com base na potencialidades econômicas que, a partir deles, seja necessário desenvolver em benefício do país”. Já não se trata de reger *manu militari* um território social cujas práticas sociais não se conformam aos requerimentos da forma liberal do Estado, mas de colonizá-lo com novas práticas sociais.

Em conclusão, o processo bolivariano não é um movimento que se possa simplesmente reduzir às tradições populistas e militaristas latino-americanas. Ainda que tenha pontos em comum com estas, representa justamente uma importante ruptura. Trata-se de um movimento que preferimos denominar *neo-arcaico*, porque é um arcaísmo na medida em que recorre a um mosaico ideológico feito de restos de velhas doutrinas, incompatíveis entre si, mas que permite expressar a diferença que o separa das práticas sociais tradicionais. Por outro lado, é *novo*

31 Tomado da proposta de reforma constitucional do presidente Chávez.

32 Eis um trecho do texto da reforma: “Las Comunas serán las células geo-humanas del territorio y estarán conformadas por las *Comunidades*, cada una de las cuales constituirá el núcleo espacial básico e indivisible del Estado Socialista Venezolano, donde los ciudadanos y las ciudadanas comunes tendrán el poder para construir su propia geografía y su propia historia. A partir de la Comunidad y la Comuna, el Poder Popular desarrollará formas de agregación comunitaria político-territorial, las cuales serán reguladas en la Ley, y que constituyan formas de Autogobierno y cualquier otra expresión de Democracia Directa. La Ciudad Comunal se constituye cuando en la totalidad de su perímetro, se hayan establecido las Comunidades organizadas, las Comunas y los Auto Gobiernos Comunales, estando sujeta su creación a un referéndum popular que convocará el Presidente de la República en Consejo de Ministros. El Presidente de la República, en Consejo de Ministros, previo acuerdo aprobado por la mayoría simple de los diputados y diputadas de la Asamblea Nacional, podrá crear mediante decreto, Provincias Federales, Ciudades Federales y Distritos Funcionales, así como cualquier otra entidad que establezca la Ley”.

enquanto expressa um novo mal-estar social frente à ordem doméstica e ao global que desde logo se acrescenta a outros mal-estares mais antigos. Um mal-estar novo que expressa arcaísmos porque a própria condição de grupos sociais massificados e marginalizados não lhes permite compreender a verdadeira natureza da ordem social que os afeta e, portanto, não sabem nem como substituí-la nem como transformar seus valores, compensando estas carências com uma retórica que pretende ressuscitar velhos valores – que não são *velhos* em sentido cronológico, mas por serem *incompatíveis* com a soberania individual das pessoas, isto é, com a nova subjetividade que necessita incrementar as diferenças e a heterogeneidade social para romper com a massificação e a exclusão.

A mesma necessidade que o movimento tem de mudar a *microfísica social* manifesta a presença, tímida e pouco evoluída, de uma nova subjetividade social emergente que tende a romper com a massificação e a exclusão da ordem despótica moderna. Mas, encontra-se por ora embrulhada pelo neo-arcaísmo bolivariano. Os enunciados arcaicos, com sua inércia conceitual oriunda das grandes narrativas políticas modernas, servem, sobretudo para compor uma ideologia encobridora da verdadeira estratégia de poder dos novos atores políticos cujo objetivo fundamental é substituir os anteriores.

O pot-pourri ideológico do discurso de Chávez é ilustrativo a este respeito. O movimento golpista de 1992 fundava seu programa na chamada árvore das três raízes: o *bolivarianismo*, o *zamorismo* e o *robinsianismo*. O bolivarianismo refere-se a Bolívar como pai fundador da pátria, convertido em herói cultural pela oligarquia do final do século XIX para unificar um território social heterogêneo, formado por uma maioria de mestiços e pardos e algumas minorias de brancos, negros e índios que nada tinham em comum para formar uma *nação*. Decretá-los todos filhos do mesmo pai Bolívar era um modo de homogeneizar nominalmente o território social. O chavismo inverte o culto oligárquico, e ao se basear no mito de que todos somos filhos de Bolívar reivindica que também os marginalizados pertencem à pátria, isto é, ao poder do Estado. Deste modo, com a apropriação do Estado por parte dos bolivarianos, culmina a tarefa inconclusa de fundar a pátria. O *zamorismo* é o complemento social da linha jurídico-política representada pelo bolivarianismo, pois permite conectar o movimento chavista com a luta pela emancipação dos pardos e contra a oligarquia durante a Guerra Federal de metade do século XIX. Também aqui se trata de completar uma tarefa inconclusa no século XIX e, acima de tudo, traída pelo populismo do século XX. Por isso que o movimento chavista ao retomar esta bandeira, o faz precisamente para enfrentar essa “oligarquia” surgida da traição dos partidos democráticos e conformada por

essas classes médias que agora se sentem cada vez mais integradas à nova ordem global. A luta anti-oligárquica torna-se então luta antiimperialista, contra a nova ordem da globalização que divide o país em integrados às novas práticas sociais que cruzam transversalmente o velho sistema de Estados nacionais e aquelas setores sociais que este processo marginaliza, retendo-os na velha estrutura do Estado nacional. O chavismo também expressa o sincretismo entre os velhos marginalizados da época desenvolvimentista e os novos marginalizados pela globalização, que inclui também os setores empresariais que só sabem operar no marco do Estado nacional clientelista e corretamente veem na globalização uma ameaça. O robinsianismo se inspira nos ensinamentos radical-democráticos do mestre do Libertador que apontava precisamente para a criação de uma figura de subjetividade adequada para sustentar o Estado liberal e que, portanto, serve de base para a colonização do território social. Essa raiz deveio ao calor do conflito social gerado desde que Chávez assumiu o poder, no que agora se chama o “socialismo do século XXI”. Muitos observadores tratam inutilmente de decifrar em que consiste este socialismo do século XXI. A maioria dos opositores de Chávez tentam identificá-lo com o socialismo cubano. E certamente, além da estreita colaboração entre ambos os governos, é indiscutível uma certa paródia da revolução cubana que Chávez encena com frequência. Mas, na realidade, trata-se apenas de uma necessidade de escorar a teatralidade revolucionária, já que a *imaginação* doméstica é muito pobre a respeito. Além disso, a realidade social econômica e política dos dois países é muito diferente. O socialismo do século XXI não é mais do que a racionalidade da atual governança e seu conteúdo ideológico e pragmático não é outra coisa que “*o que Chávez diga*”, e Chávez diz de tudo. Se analisarmos esta expressão muito usada pelos chavistas à luz do que foi dito sobre a relação *líder-povo*, veremos que é algo mais que uma ocorrência, que corresponde perfeitamente à racionalidade da ditadura democrática.

Se avaliarmos esta governança em termos dos indicadores tradicionais: *voz e participação, estabilidade política e violência, eficiência do governo, carga regulatória e império da lei*, o saldo é sumamente negativo. Mas este juízo é válido somente para o que temos chamado de *população* que não participa da identidade líder-povo; para o líder e seu povo esta negatividade é justamente o positivo do processo revolucionário. O verdadeiro indicador para determinar a viabilidade da governança do socialismo do século XXI é o preço do petróleo. No fundo o que Chávez fez foi levar ao extremo o modelo rentista petroleiro que aproxima bastante sua governança ao socialismo centrado no Estado como único produtor. Neste sentido, justifica-se perfeitamente chamar ao neo-arcaísmo chavista de *so-*

*cialismo*. Além disso, mediante as estatizações de atividades “estratégicas”, este socialismo também proporciona boas oportunidades para criar postos de alto ganho para os seguidores do presidente e, portanto, é muito funcional para o novo clientelismo. De modo que, se desde o ponto de vista ideológico, o socialismo do século XXI é o que Chávez diga, enquanto prática social é fundamentalmente substituição pragmática de uns atores dirigentes por outros. A pergunta “é possível o socialismo do século XXI com baixo preços do petróleo?” fica ainda por responder.

### Referências

DEL BUFALO, E. *Individuo, Mercado y utopía*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1998.

\_\_\_\_\_. *El sujeto encadenado: Estado y mercado en la genealogía del sujeto social*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Ediciones de CDCH, 1996.

SCHMITT, C. *Political Theology*. University of Chicago Press, 1985.

■.....Enzo Del Bufalo é economista, professor de Práticas Sociais e Produção de Subjetividade no Centro de Investigaciones Post-Doctorales (CIPOS) da Universidad Central de Venezuela. É também professor titular de Teoria Econômica Avançada no Mestrado de Teoria e Política Econômica da Escola de Economia da UCV e professor convidado em diversas universidades no exterior. Foi ministro do Planejamento da Venezuela em 1994.